Opinião do GLOBO

Ajuste fiscal é imperativo para o país

Diante da deterioração das contas públicas, Executivo e Legislativo não podem ignorar a tarefa

OS NÚMEROS DO DESEQUILÍBRIO FISCAL

Evolução do resultado primário estrutural, equivalente ao convencional excluindo receitas e despesas ocasionais e a variação do ciclo econômico (em % do PIB)

Fonte: Instituição Fiscal Independente — EDITORIA DE ARTE

Não foi surpresa que o governo tenha enviado ao Congresso uma proposta orçamentária relaxando as metas fiscais que ele próprio propusera um ano antes. Desde o início havia dúvidas sobre a viabilidade das regras que substituíram o antigo teto de gastos. Além de afrouxar as metas, o Planalto se esforçou por mexer no novo arcabouço fiscal nem bem ele entrara em vigor, para antecipar despesas extraordinárias de R$ 15,7 bilhões, inserindo um jabuti numa lei sobre seguro obrigatório de veículos. Diante do recado que transmite a mudança de regras com o jogo em andamento, quem acreditará que o governo leva a sério o ajuste fiscal? Ao protelar qualquer perspectiva de equilíbrio para 2027, Executivo e Legislativo revelam não ter noção da dimensão dos riscos que criam para o país.

A incompatibilidade de gastos com receitas é crônica no Brasil, e todos os sinais vindos de Brasília mostram que o assunto não é prioridade da classe política. Como avisou o Fundo Monetário Internacional (FMI) recentemente, a estabilidade financeira será testada em países como o Brasil. O descontrole da dívida pode torná-los vulneráveis a saída de capital, depreciação cambial ou aumento de inflação futura. Em certa medida, o valor do real, 20% abaixo do esperado dadas as circunstâncias internacionais, já reflete isso. Mas ninguém em Brasília parece muito preocupado com as consequências da dívida crescente: perda de confiança no governo, desvalorização do real, mais inflação, menos investimento e empobrecimento da população.

Nos últimos anos, o endividamento público ganhou proporções gigantescas. A dívida bruta, que há dez anos não chegava a 60% do PIB, fechará este ano em 74,4%, pelas projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI). No ritmo atual de crescimento, ainda demorará anos a baixar. "Não estamos conseguindo ter uma trajetória sustentável para as contas públicas, com impacto no dia a dia", disse ao GLOBO o economista Marcos Lisboa. Os números revelam um quadro preocupante.

O indicador que melhor traduz a situação fiscal é chamado de "resultado estrutural". Calculado pela IFI, ele desconsidera gastos extraordinários — caso de despesas resultantes da pandemia ou catástrofes climáticas, como as enchentes no Rio Grande do Sul — e os altos e baixos do ciclo econômico — aumentos ou quedas de arrecadação devidos ao aquecimento ou resfriamento da economia. Representa com precisão o comportamento da máquina pública, refletindo se o que o governo arrecada é suficiente para arcar com o que gasta numa situação neutra.

Por essa medida, de acordo com o economista Samuel Pessôa, o Brasil melhorou seu desempenho fiscal entre 1997 e 2003, como demonstra o gráfico nesta página. De 2006 a 2014, houve piora. O superávit estrutural de 2,7% do PIB se tornou um déficit de 1,8% nos governos anteriores do PT. A partir de 2018, os números melhoram novamente. Nos dois últimos anos do governo Jair Bolsonaro, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, segurou as despesas e entregou ao sucessor um superávit estrutural de 0,2% do PIB. Foi a PEC da Transição, aprovada antes da posse de Luiz Inácio Lula da Silva com o apoio do PT, que criou gastos adicionais de R$ 145 bilhões e levou o déficit estrutural de volta ao patamar de 1,65% do PIB, registrado em 2023.

Para evitar a explosão da dívida, é imperativo promover um ajuste fiscal. Isso significa, consideradas as restrições da legislação brasileira, ao menos impedir que os gastos cresçam de modo descontrolado — cenário infelizmente plausível diante no novo arcabouço fiscal. Ao mesmo tempo que ele criou uma trava de crescimento para os gastos de 2,5% além da inflação, restaurou o vínculo das despesas com saúde e educação ao crescimento da receita. Além disso, as despesas da Previdência continuam indexadas ao salário mínimo, que passou a obter ganhos acima da inflação. Tudo isso significa que, com o passar do tempo, caso a arrecadação cresça, haverá pressão dessas despesas fixas sobre as demais, que deverão ser reduzidas. Estão aí investimentos, segurança, verbas para prevenção de enchentes e outros gastos sociais necessários.

"Os pisos previdenciários e de benefícios assistenciais deveriam ser corrigidos apenas pela inflação e não pelo salário mínimo", diz o economista Bráulio Borges, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas (FGV-Ibre). O regime previdenciário dos trabalhadores de empresas privadas apresenta um déficit da ordem de quase 3% do PIB. Sem olhar para esse desajuste, não se vai a lugar algum.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, demonstra estar atento aos riscos. Foi o responsável pelo novo arcabouço fiscal e não perde a oportunidade de ressaltar como é essencial colocar as contas públicas em ordem. Mas Haddad priorizou apenas a agenda de aumentar receitas. A estratégia conquistou apoio no Congresso, corrigiu algumas injustiças, porém tem limite. Por ora, infelizmente, expoentes da Esplanada dos Ministérios e do Congresso fingem não enxergar a necessidade de um plano consistente para ajuste dos gastos. Minam a credibilidade do arcabouço fiscal com mudanças de regras e "pautas-bombas", como se não houvesse restrição às despesas e a deterioração do cenário externo fosse impossível. Passou da hora de o país enfrentar a tarefa de escolher prioridades. Em algum momento, Executivo e Legislativo terão de encarar a realidade. Quanto antes isso acontecer, maior a chance de o ajuste ser mais ameno e menos traumático.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

ARTIGO

Hostilidade não é só do clima

ANA LUCIA AZEVEDO

O clima nunca esteve tão hostil no Brasil. O Rio Grande do Sul submergiu na maior catástrofe climática da História do país. A água que afoga o Sul falta no Sudeste e no Centro-Oeste. Em São Paulo, o reservatório Cantareira recebeu só 6% do volume de chuva esperado para abril. O Pantanal está sob seca excepcional.

A previsão do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) para o trimestre de maio a julho é de agravamento dessas condições. Mais chuva no Sul e menos nessas duas regiões, com o Pantanal caminhando para um recorde histórico de seca. Há ainda 5 milhões de quilômetros quadrados de áreas ameaçadas pelo fogo, com risco especial para a Amazônia.

A hostilidade não está apenas no clima. O Congresso Nacional tem se mostrado preponderantemente avesso à segurança ambiental. O ser humano não tem o poder de controlar extremos de chuvas associados às mudanças do clima que ele mesmo fomentou. Mas os efeitos dos extremos podem ser amenizados ou amplificados ao sabor de decisões humanas. Leis e medidas podem agravar a emergência climática ao permitir a destruição das áreas que protegem vidas. Ou, ao contrário, contribuir para a adaptação.

O PL 364/2019 elimina a proteção de "formações não florestais". Foram justamente formações não florestais remanescentes da várzea do Delta do Jacuí que seguraram parte do impacto na onda de cheia do Rio Guaíba e impediram que a devastação fosse ainda maior. Outros exemplos são o PL 1.282/2019 e o PL 2.168/2021, que permitem obras de irrigação em Áreas de Preservação Permanente (APPs). São APPs as margens de rios, as encostas e os topos de morros.

> ***Leis e medidas podem agravar a emergência climática ao permitir a destruição das áreas que protegem vidas***

A destruição e a ocupação de APPs pôs a população gaúcha na rota do desastre. As cidades erguidas nessas áreas foram arrasadas pela enxurrada de rios ou soterradas por deslizamentos de encostas. A Serra Gaúcha sofreu mais de 5 mil deslizamentos do tipo, e eles seguem sendo contados. Foi a repetição amplificada das tragédias de Petrópolis, em 2022, e da Serra Fluminense, em 2011.

E há ainda a Lei 14.285/2021, que permite a prefeituras reduzir APPs urbanas. Contra ela, há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Há também boas notícias, como a aprovação pelo Senado nesta semana do PL 4.129/2021, que estabelece diretrizes para planos federais, estaduais e municipais de adaptação à mudança do clima.

É urgente a reconstrução do Rio Grande do Sul. E também o aumento das defesas naturais. Isso pode ser feito com investimentos na infraestrutura que usa vegetação e rios para aumentar a resiliência, conhecida como infraestrutura verde e azul.

No caso do Rio Grande do Sul, a proteção se chama Mata Atlântica. O bioma não apenas na forma de floresta, mas também de sua vegetação de várzeas e banhados, que reduziram a intensidade da inundação. Restaurada, a mata pode proteger as encostas e as margens dos rios. Isso é consenso na ciência. A mesma ciência que tem salvado vidas com alertas de risco e revisões precisas do nível dos rios.

Porém, se as áreas destruídas forem reocupadas, seus moradores seguirão sob a sombra dos desastres. Habitantes de cidades como Muçum, Roca Sales e Lajeado viram da pior forma que a tragédia se repete quando se vive em área de risco. Haviam reconstruído suas casas por três vezes desde o ano passado e voltaram a perder tudo. Correrão o risco de perder mais uma vez se voltarem para o mesmo lugar.

Áreas de Preservação protegem pessoas. E prefeitos podem aumentar APPs por meio de mudanças nos planos diretores dos municípios. O custo de destruir salvaguardas, negar a ciência e a realidade é, literalmente, se afogar na evidência materializada pela fúria das tempestades. Afundar junto um estado inteiro e impactar todo o Brasil.

Ana Lucia Azevedo
é repórter especial do GLOBO

N. da R.: Merval Pereira voltará a escrever no dia 2 de junho

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Vieira da, Fábia Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwalski - leila.suwalski@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@oglobo.com.br
Segundo Caderno: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G: Vera Cascais - veracascais@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Calmon Filho - viktorcalmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Eduardo Xavier (interino) - eduardo.xavier@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação da assinatura. Desconfie e qualquer contato a respeito desses temas. Fique de O GLOBO em seu jornal de vendas, acesse para verificar o seu status: www.oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, enterros e Kinetoes: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale grátis
Carbon Free